



Sai Lembo, entra Serra. Ocaso e alvorada preocupantes

Finais e inícios de ano, assim como alvoradas e ocasos, costumam incitar a renovação de utopias e, assim, a criação de expectativas, que podem ser mais, ou menos, alvissareiras, dependendo de quem as cria e do contexto.

No final de 2006, a sociedade paulista elegeu um novo governo e um novo poder legislativo, que pode sim ter criado algumas expectativas; e a Assembléia Legislativa (Alesp) aprovou uma LDO-2007 que criou muitas expectativas, pois contempla parte significativa do que defendemos: 31% da receita total de impostos para a Educação em geral, incluindo 10,43% do ICMS para as universidades estaduais e 1% do ICMS para o Centro Paula Souza (Ceeteps). Essa importante conquista, ainda parcial, nos fará continuar a luta para que esta LDO-2007 prevaleça (**vide p.3**).

No último dia de governo — e de comum acordo com o Governador eleito — Lembo vetou tais providências e também outras medidas da LDO-2007 destinadas a várias áreas sociais e a permitir maior con-

trole social sobre o Executivo, em especial no que se refere ao uso de recursos financeiros de origem pública.

Pacote de decretos

Em 2007, logo no primeiro dia de governo, Serra surpreendeu a todos com um pacote de decretos. Destacamos aqui os que nos atingem mais diretamente: o Decreto 51.460/07, que, dentre outras medidas, pôs a educação superior em nova secretaria, a Secretaria de Ensino Superior, e manteve o Ceeteps vinculado à Secretaria de Desenvolvimento (novo nome da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico); e o Decreto 51.461/07, que organizou a Secretaria de Ensino Superior, a qual passou a incorporar um “novo” Conselho de Reitores (Cruesp), tendo como presidente o titular da nova Secretaria!

A reação a tal manobra foi tão desfavorável que, ao que parece, o próprio secretário Aristodemo Pinotti obrigou Serra a recuar: em 1º/2, foi publicado o Decreto 51.535/07 (que altera em parte o Decreto 51.461/07), o qual determina

que a presidência do Cruesp, “exercida em rodízio, caberá a um dos Reitores, eleito pelos membros” do colegiado.

Assim, a alvorada do governo Serra traz, também, um pacote de “novas” preocupações, pois tais decretos “renovam” o descaso dos governos quanto à construção de um real sistema de educação no Estado, e revelam avidez por fragmentar mais a área educacional, além de torná-la ainda mais centralizada pelo tacão do Executivo.

Esse descaso tem provocado um gracejo irônico no Fórum das Seis: a menção aos “condados” do Butantã, de Barão Geraldo e de Constelação Bandeirante, referente ao tratamento que tem sido dispensado pelas autoridades constituídas às três universidades estaduais. Ou seja, até hoje os administradores nem sequer se dispõem a construir um sistema de *educação superior* paulista!

Fragmentação

Tais decretos mostram o isolamento que o novo governo tenta nos impor e aprofundar. Prova disso é a maior fragmentação da área:

a educação básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio) fica na Secretaria da Educação; o ensino técnico e tecnológico é desmembrado da Unesp e vinculado à Secretaria de Desenvolvimento; e a educação superior fica na Secretaria de Ensino Superior. Ou seja, essa fragmentação caminha no sentido contrário da criação do sistema educacional que sempre defendemos.

As ações do governo Serra explicitam a tentativa de fragmentar ainda mais a educação e de dividir os trabalhadores, com a pretensão de maior centralização de poder no Executivo e de intervenção na autonomia universitária — intervenção, aliás, inconstitucional.

Serra quer acabar com a autonomia universitária, em especial no que refere à vinculação de recursos financeiros e à possibilidade de negociação salarial, ambas conquis-

tadas ao longo de quase duas décadas, via Fórum das Seis. Será necessário reagir. Docentes, funcionários e estudantes precisam conhecer melhor os decretos em questão e, organizados, continuar sua luta em defesa da Educação pública. É hora também de cobrar os Reitores, para que estes se posicionem ao nosso lado no enfrentamento das questões abordadas.

Em tempo: FELIZ ANO NOVO! E com muita disposição para ir à luta...

VITÓRIA
USP paga
diferença salarial
retroativa a
maio de 2006

A Reitoria creditou em 31/1 nas contas de docentes e funcionários as diferenças salariais referentes à retroação, a maio de 2006, ao reajuste de 1,79% concedido em novembro do mesmo ano.

Vitória do Fórum das Seis e da Adusp, fruto da campanha salarial de 2006 e da mobilização incansável para que o Cruesp cumprisse o acordo.

Assembléia Geral da Adusp

7/2/07 (quarta-feira), das 15h00 às 17h00

Local- Auditório da Geografia da FFLCH/USP

Pauta: “Pacote” do Serra * Delegados ao 26º Conad

Decreto 51.461/07 enfatiza “pesquisa operacional”

O Decreto nº 51.461/07 preocupa tanto pelo que diz como pelo que omite. Ao definir o “campo funcional” da Secretaria de Ensino Superior, cita “a promoção da realização de estudos para: [...] ampliação das atividades de pesquisa, principalmente as operacionais, objetivando os problemas da realidade nacional;” e “busca de formas alternativas e adequadas ao estágio tecnológico [...] com vista a aumentar a porcentagem de jovens que cursam a Universidade;” (artigo 2º, inciso III, alíneas “c” e “d”). Porém, não menciona a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão

— tripé que caracteriza as universidades, conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

É curioso o fato de destacar a “pesquisa operacional” (diga-se: aplicada), mas não fazer qualquer referência à pesquisa básica; assim como ressaltar a formação superior de cunho tecnológico, mas não mencionar a formação ampla, aquela com vistas “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme o artigo 205 da LDB.

O Decreto preocupa-se com “o intercâmbio de informações e a colaboração

técnica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;” e com a “articulação com a Fundação Memorial da América Latina para divulgação e intercâmbio da cultura brasileira e latino-americana e sua integração às atividades intelectuais do Estado” (artigo 2º, IV e VI), mas nem sequer é citado o desejo de articulação, intercâmbio, atuação conjunta etc. com a educação básica e/ou com a educação técnica e tecnológica.

Omissão

Ademais, ainda que o objeto desse Decreto seja “ape-

nas” o de organizar a nova secretaria, não há qualquer referência ao financiamento da educação superior, o que talvez explique também a omissão de problemas a ele afetos: a insuficiência dos recursos subvinculados para esse ensino, o desconto da Habitação antes do repasse do percentual do ICMS às universidades, o pagamento dos aposentados com verbas da educação ativa, dentre outros.

Tal cenário agrava-se com o Decreto 51.471/07 (do segundo dia de governo), que veda “a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública

Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial...” por tempo indeterminado (mais terceirização à vista?). E com a constante isenção fiscal concedida pelo Executivo e a freqüente sonegação fiscal jamais combatida pelos poderes públicos.

Isso posto, só nos resta concluir que o governo Serra não só não está disposto a corrigir as distorções apontadas anteriormente (*ver capa*) como propõe-se a aprofundá-las. Enfrentar tal ofensiva exigirá muita clareza, organização e intervenção planejada por parte do Fórum das Seis.

26º Congresso do Andes-SN

Entre 27/2 e 4/3 acontecerá o 26º Congresso do Andes-Sindicato Nacional, em Campina Grande (PB).

Há três mudanças na dinâmica desse congresso: o cronograma reduz o tempo entre grupos temáticos e as plenárias; introdução explícita do tema Centralidade da Luta, propondo três assuntos (reorganização e unificação da classe trabalhadora; defesa do serviço público, da universidade pública; luta contra as reformas neoliberais); deliberação sobre o Plano(s) de Lutas.

Outros temas: movimento docente e conjuntura; questões organizativas e financeiras.

Dada a seriedade da situação, convidamos os colegas para a próxima assembléia da Adusp, que tratará do 26º Congresso, com eleição de delegados. Para mais informações, consultar o sítio do Andes na Internet.

“Gatilho”: um ano de protelações do cumprimento da sentença judicial

Em 6/2/07 completará um ano que o Juiz recusou o último pedido da USP para embargar a sentença no processo dos gatilhos salariais devidos aos docentes em 1987. Em função disso a USP publicou logo em seguida (17/2/06), uma relação de docentes para os quais ela reconhece que tem “obrigação de fazer” o pagamento deste ganho judicial obtido pela Adusp. A universidade entregou ao juiz esta listagem, juntamente com uma tabela de diferenças salariais devidas, mas contendo irregularidades flagrantes nos cálculos apresentados e falhas evidentes na relação de beneficiários.

Ao mesmo tempo em que a Adusp tem respondido estas questões judicialmente, procuramos estabelecer um

diálogo com a Reitoria de modo a viabilizarmos o usufruto deste direito sem maiores delongas. Em 30/6/06 tivemos uma audiência com a reitora Suely Vilela, acompanhada da procuradora-chefe da USP, Ana Maria da Cruz, e do coordenador e da coordenadora adjunta da Codage, professores Douglas Franco e Vera Amaral, respectivamente.

Como resultado desta reunião, houve outro encontro com a Reitoria, desta vez representada pela procuradora-chefe Ana Maria da Cruz e por Lívia Maria Armentano Koenigstein Zaço, do Gabinete da Reitora, para fechar questões sobre as quais a princípio não deveria haver divergência: 1) a listagem de beneficiários da ação, de tal modo que se entregue ao juiz uma relação de benefici-

ários acordada entre as partes; 2) a sistemática do cálculo, para o ano de 1987, do montante representado pelo pagamento em atraso de gatilhos salariais, bem como dos gatilhos que deixaram de ser pagos naquele ano.

Prazo esgotado

Quanto à incorporação, nos salários atuais, do resíduo de 32,96%, remanescente em 1987, bem como o pagamento de todas as diferenças de vencimentos decorrentes de tal incorporação, ficaram de ser discutidos em reunião futura.

Seguindo os pontos sobre os quais tivemos concordância verbal nesta reunião, a Adusp encaminhou ofício à Reitoria, em 15/9/06, explicitando concreta e nominalmente os problema com a lista, bem como uma plani-

lha com a demonstração dos cálculos da dívida no ano de 1987, conforme previsto na sentença, incluindo o resíduo final de 32,96%. Mas até o momento a Reitoria não retornou à Adusp sua posição em relação à listagem ou sobre os cálculos.

Ao mesmo tempo, aguardamos neste momento que seja juntada ao processo, para tomarmos ciência, a resposta da USP à nossa manifestação judicial sobre estas questões. Esgotou-se no último dia 25/1/07 o prazo concedido pelo juiz para que a universidade nos respondesse.

Já é hora de termos da Reitoria uma atitude decidida de reparação dos prejuízos salariais que tivemos durante o governo Quéricia, em 1987, e que foram judicialmente reconhecidos.

Ainda a LDO-2007

Conforme informamos no *Expresso Adusp* 89 (3/1/07), o governador Lembo vetou — no último dia de seu mandato e após consultar o governador eleito, José Serra — as propostas para a Educação feitas pelo Fórum das Seis e que foram incorporadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (LDO-2007) aprovada pela Alesp.

Vale a pena lembrar aqui os diversos dispositivos da LDO-2007 vetados por Lembo:

1. O caput do artigo 4º, que destinava 10% do ICMS Quota-Parte do Estado (QPE) para as universidades estaduais, incluindo a receita proveniente da dívida ativa;

2. O parágrafo 1º do artigo 4º, que destinava 10% da Lei Kandir para as universidades;

3. O parágrafo 2º do artigo 4º, que destinava adicionais 0,43% do ICMS-QPE, incluindo a receita proveniente da dívida ativa, para a expansão de vagas nas universidades estaduais;

4. O artigo 5º, que destinava 1% do ICMS-QPE, incluindo 1% da Lei Kandir e a receita proveniente da dívida ativa para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps);

5. O artigo 5º, que destinava 31% do total da receita de impostos para a Educação Pública no Estado de São Paulo. Cabe lembrar que tanto o investimento nas universidades estaduais, constantes do artigo 4º, quanto o destinado ao Ceeteps, estão incluídos nestes 31% da receita total de impostos;

6. Os incisos III e IV do parágrafo 2º do artigo 28; o inciso IV continha a exclusão de eventuais contingenciamentos para programas tais como: Modernização da Segurança Pública, Família Cidadã — Ações Sociais Integradas, Proteção Social Básica e Especial, Apoio a Expansão e Melhoria do Ensino Médio, Expansão dos Ensinos Públicos Técnico e Tecnológico;

Previsão da Participação da Renúncia Fiscal na Arrecadação do ICMS (QPE, em R\$ milhões)

| Ano | Arrecadação | Isenção | Perda de arrecadação | Arrecadação Potencial |
|------|-------------|---------|----------------------|-----------------------|
| 2007 | 43.696,0 | 8,4% | 3.680,1 | 47.376,1 |
| 2008 | 46.700,6 | 8,4% | 3.933,1 | 50.633,7 |
| 2009 | 49.849,3 | 8,4% | 4.198,3 | 54.047,6 |

7. O Artigo 37, que garantia a criação de um módulo específico para acompanhamento da execução orçamentária referente às alterações nos valores das dotações aprovadas pela Alesp na proposta orçamentária encaminhada originalmente pelo Executivo;

8. O Artigo 38, que exigia que as aplicações dos recursos do governo nas diversas regiões administrativas e municípios fosse pautada pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e pelo Índice

de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), com o intuito de constituir políticas de superação da exclusão social e das diferenças inter-regionais.

Por outro lado, *Lembo manteve os níveis de renúncia fiscal constantes do Anexo de Metas Fiscais para 2007, 2008 e 2009 (propostos pelo governo e mantidos pela Alesp), que são de incríveis 8,4%!*

A tabela reproduzida acima aparece no Anexo mencionado (DOE-SP, sábado, 30/12/06, Poder Executivo, Seção I, pag. 32):

Na ocasião do veto, dizíamos: “O que será que o novo governador, José Serra, tem a ver com os vetos de Lembo? É difícil acreditar que, dois dias antes de sua posse, Serra fosse a favor das medidas vetadas e, mesmo assim, seus aliados de campanha e de governo vetassem tais medidas defensoras da Educação Pública no Estado, de maior transparência da execução orçamentária e de diretrizes concretas de utilização dos recursos públicos para diminuir a exclusão

social e as diferenças inter-regionais...”.

Hoje, as primeiras iniciativas tomadas pelo novo governo — participação no veto à LDO, ataque à autonomia universitária, centralização de poder no Executivo, fragmentação ainda maior da Educação etc. — nos levam a crer que Serra não tratará a Educação em geral, nem a educação superior em especial, com os cuidados que o Fórum das Seis sempre defendeu e que, em parte, já conquistou.

Derrubar o veto

O Executivo e seus aliados querem dar o veto como fato consumado e debater a LO-2007 com base em seus próprios interesses, bem distintos dos nossos, sobretudo no que se refere à defesa dos direitos sociais, como a Educação e a Saúde públicas. O Fórum das Seis tem procurado os deputados na Alesp para convencê-los da necessidade de, antes de discutir a LO-2007, debater, isto sim, o veto do Executivo à LDO-2007 aprovada pela casa legislativa.

Cabe lembrar que, assim como a pressão política exercida pelo Fórum das Seis fez a Alesp aprovar uma LDO-2007 que nos interessa, podemos igualmente exercer a pressão necessária para que o Legislativo derrube os vetos de Lembo/Serra àquela LDO e prevaleça a independência dos poderes.

Afinal, nossa luta constante durante a elaboração de peças de planejamento do Estado (LDO, LO etc.) tem criado uma tradição que questiona os interesses dos governantes de plantão, muitas vezes “democratas” referendados apenas e tão-somente pelo jogo, nem sempre limpo, que ocorre durante as eleições. É preciso que os vetos de Lembo/Serra sejam derrubados antes do início da nova legislatura, em março próximo. Organização e luta são as palavras de ordem neste momento!

“Universidade Nova”

Nessas últimas semanas temos visto vários artigos na mídia impressa sobre a “Universidade Nova” como projeto para o sistema público de Educação Superior. Essa proposta de reestruturação sugere a adoção de chamados Bacharelados Interdisciplinares. Por um lado, parece que tal proposta poderia propiciar formação (de nível superior ou apenas pós-médio?) a um número muito maior de estudantes do que hoje — com um caráter genérico nas áreas de ciência, artes ou humanidades, e que eventualmente permitirá que a escolha da carreira aconteça de maneira menos precoce. Por outro lado, estabelecerá um sistema de ranqueamento competitivo entre os estudantes que queiram seguir as

carreiras profissionalizantes mais disputadas, como medicina, engenharia, direito, e muitas outras, o que muito provavelmente influirá de modo negativo na possibilidade do professor exercer a sua autonomia em classe, pois a pressão por uniformização de conteúdo e avaliação será prevalente.

Há pelo menos dois pontos que não podemos deixar de lembrar e considerar nessa proposta: (1) ausência de financiamento para tal expansão de vagas; (2) incentivo a tipos diferenciados de instituições públicas de ensino superior (IES), onde o tripé indissociável que caracteriza as universidades — ou seja, a conjugação de ensino, pesquisa e extensão — deixaria de existir, contrapondo-se a

poucas IES de “excelência”.

Há problemas no atual sistema universitário brasileiro que precisam ser enfrentados: parcela pequena de jovens com acesso à formação universitária; grande evasão escolar; sistemática redução proporcional no financiamento da educação; gradativa distorção a favor da concepção da educação superior como serviço ou mercadoria e não como um direito, entre outros. O modelo atual precisa ser revisado, tanto no que tange a seus objetivos e funções quanto a seus princípios. Porém, se ficar parado no tempo não é a melhor opção, fazer uma troca sem a devida reflexão e compromisso social poderá causar danos graves à sociedade como um todo.

PAC mantém inalterado modelo neoliberal

O presidente Lula anunciou um conjunto de medidas denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a aplicação de R\$ 500 bilhões em investimentos públicos e privados nos próximos quatro anos. A idéia central consiste em “destravar a economia”, segundo o presidente Lula, gerando um crescimento da ordem de 5% ao ano.

Os principais jornais têm discutido seus aspectos técnicos e pontuais, mas são especulações, pois o programa depende de aprovação pelo Congresso Nacional, que muito provavelmente o modificará. Além disso, devido a variadas pressões o governo já admite alterações no programa recém divulgado.

Historicamente, não esperamos agilidade na tramitação ou melhoria do programa, do ponto de vista da sociedade, quando apreciado pelo poder legislativo. A nova composição, tanto da Câmara como do Senado, não parece indicar que este cenário melhore. Ademais, estão previstos muitos investimentos que dependem da contrapartida do setor privado, o que está longe de ser garantido, e um maior detalhamento das medidas pretendidas.

Quem paga o PAC?

Apesar das prováveis alterações, na sua essência o PAC revela a continuidade do modelo econômico neoliberal que vem sendo implantado desde a década de 1990. Uma análise, mesmo que superficial, parece apontar que os recursos necessários para implementação do programa virão da realocação de verbas do Estado, das empresas estatais e dos trabalhadores.

Inicialmente, alguns poderiam ter a ilusão de que tais recursos teriam origem na diminuição dos lucros estrondosos do riquíssimo setor financeiro nacional. Porém, esta fantasia durou apenas até o

anúncio do Comitê de Política Monetária (Copom) de uma diminuição no ritmo de redução da taxa Selic. Exatamente no momento em que o PAC foi apresentado, a queda na taxa de juros, que nas últimas reuniões do Copom fora de 0,5%, desta vez limitou-se a 0,25%, baixando de 13,25% para 13% de juros ao ano.

Mais do que uma decisão técnica, trata-se de um indicador político de que os recursos necessários ao PAC não serão obtidos pela menor remuneração da rolagem da dívida pública. É interessante notar que políticos e analistas

defensores de um Banco Central autônomo são os mesmos que neste momento criticam a falta de coerência entre o PAC e a política de juros do Banco Central.

Fica claro então que o governo sucumbe à política defendida pela mídia em geral: corte nos “gastos” públicos, leia-se perda de direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado (educação, saúde, segurança, desenvolvimento científico-tecnológico etc.); imposição de prejuízos às empresas estatais em benefício de empresas privadas; e ataque aos direitos e bens dos trabalhadores.

O prometido arrocho salarial dos funcionários públicos, o uso de recursos do FGTS, a nova política para reajuste do valor do salário mínimo, mais arrocho no sistema previdenciário, indiretamente manifesto pela criação do Fórum Nacional de Previdência Social, a anunciada, e já praticada, renúncia fiscal, são algumas expressões desta política de governo.

Críticos de ocasião

É interessante observar as manifestações de descontentamento com o PAC por um grupo de governadores, principalmente do PSDB. Dentre

outras, observamos críticas à renúncia fiscal, devido à diminuição do repasse de recursos aos Estados, e à falta de diálogo com os governadores, que alegam ser parte envolvida e, portanto, deveriam ter opinado na elaboração do PAC. Tais governadores deveriam agir de forma exemplar, ao invés de formular críticas meramente oportunistas.

Exemplo: por mais de uma década o PSDB vem governando São Paulo e, sistematicamente, tem praticado a renúncia fiscal, prejudicando a educação e a saúde públicas, dentre outras áreas de atuação do Estado.

As questões ambientais no Brasil e o PAC

A declaração do presidente Lula de que as dificuldades relativas às questões ambientais são um dos “entraves” do desenvolvimento do Brasil, e a adoção do PAC dentro do velho modelo de “desenvolvimento” a qualquer preço são preocupantes. Quer que continuemos a explorar nossas riquezas e a produzir emprego e renda tendo os últimos 500 anos como modelo? Quer a redução dos “entraves” legais que evitam a exploração desenfreada e irresponsável do meio ambiente? Deseja “facilitação” para a exploração ambiental e a implementação de empreendimentos de infra-estrutura?

Até a presente data, o modelo em curso não permitiu a geração de emprego, renda e infra-estrutura adequados para substancial parcela da população. Também não proporcionou o “espetáculo do crescimento”. Na verdade, esse modelo não apenas privou a sociedade de um meio ambiente saudável, mas reforça a exploração desenfreada das florestas e riquezas naturais como única

alternativa para gerar novos empregos e renda (no curto prazo, por um período restrito e para poucos). Além disso, o passivo ambiental impede o uso futuro da área degradada e dos recursos, como a água e os produtos da floresta, reforçando a posição de explorar novas regiões mantendo o ciclo de exploração/destruição.

A falta de emprego e renda e de melhor infra-estrutura não passam prioritariamente pela questão ambiental no Brasil. A “facilitação” da exploração pelo relaxamento das leis ambientais e da fiscalização dos órgãos licenciadores não são soluções. Precisamos de um plano nacional digno do nome para o curtíssimo, médio e longo prazo, debatido e incorporado por toda a sociedade. Desenvolvimento a qualquer preço deve ser coisa do passado.

Novos conflitos

A Lei 11.284/2006, aprovada pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2006, é apresentada pelo governo federal como marco regulató-

rio para a gestão de florestas públicas no Brasil. No formato em que a lei se apresenta permitirá a abertura de novas frentes de exploração das florestas públicas amazônicas, não garantirá a sustentabilidade no longo prazo e criará novas zonas de conflito. O PAC vem a ser outra vertente dessa mesma política. E o que esperar da regulamentação do artigo 23 da Constituição de 1988, como definido no PAC?

A aceleração do crescimento não pode seguir unicamente compromisso político de curto prazo em detrimento da resiliência do ecossistema. Deve também ser desenvolvido e implementado mecanismo de fiscalização e controle e amplo programa de monitoramento e manejo (fauna, recursos hídricos, solo, macro e microclima, vegetação, populações humanas locais, etc).

Programas de monitoramento bem estruturados, baseados em sólidas pesquisas, são fundamentais, permitindo conhecer o status presente e futuro do ecossistema

explorado. Neste sentido, o ensino, a pesquisa, a divulgação científica, a formação de recursos humanos no nível universitário e na pós-graduação devem estar integrados numa política nacional que vise formar competências para gerar novas tecnologias e políticas públicas que permitam a sustentabilidade no uso dos recursos.

Dano irreversível

O desrespeito às recomendações técnicas baseadas na pesquisa científica propiciará o recrudescimento dos problemas ambientais ao invés da sustentabilidade, entendida esta como manutenção de um ecossistema saudável, com sua biodiversidade e processos ecológicos intactos, que gere emprego e renda compatíveis ao ecossistema explorado, garantindo a vida com qualidade para as gerações presentes e futuras.

Persistindo o modelo atual, corre-se o risco de ocorrência de danos irreversíveis e permanentes ao meio ambiente e à qualidade de vida da população brasileira.